

Terrorismo, inafiançável e sem anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O terrorismo continua a ser um crime inafiançável e não suscetível de graça ou anistia, ao lado dos crimes de tortura, tráfico de drogas, prática do racismo e os chamados "hediondos". Em duas votações seguidas, ontem à tarde, o Centrão conseguiu impedir que o terrorismo saísse dessa lista, como queriam os seus opositores.

A discussão levou toda a tarde e marcou o primeiro confronto entre as forças do Centrão e as da esquerda em geral. Esse era um dos cinco pontos do capítulo referente aos direitos individuais em torno dos quais não houve acordo. Pela primeira vez, registraram-se debates mais tensos e discussões paralelas nos corredores do plenário, envolvendo principalmente os deputados Roberto Freire (PCB-PE), Brandão Monteiro (PDT-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP). Agentes de segurança chegaram a tomar posição nas proximidades para evitar que parlamentares mais exaltados se agredissem fisicamente.

A primeira emenda a ser votada foi a do deputado Antônio Mariz (PMDB-SP), visando substituir o texto do Parágrafo 8º do Centrão pelo da Sistematização, que dizia respeito apenas ao crime de tortura. Mariz argumentou que a tortura é um crime praticado pelo Estado

contra o indivíduo, enquanto os outros crimes, inclusive o terrorismo, são praticados "por pessoa comum contra pessoa comum", não devendo portanto ser misturados em um mesmo dispositivo. Gerson Peres (PDS-PA) e Gastone Righi defenderam a manutenção do texto do Centrão, alegando que, ao contrário do que estavam tentando fazer crer, a tortura não é apenas um crime do Estado. Particulares também podem praticá-la. E o terrorismo tinha de figurar ao seu lado, porque "é mais hediondo do que ela". Na tortura, disse Righi, "a vítima é ao menos um suspeito, enquanto no terrorismo a vítima quase sempre é inocente".

Colocada em votação, a emenda Mariz obteve 240 votos a favor, 279 contra e seis abstenções. "O dispositivo do Centrão vai entrar na Constituição sem os 280 votos. É uma fraude política", protestou José Genoino (PT-SP). Mas Ulysses Guimarães não se perturbou e declarou rejeitada a emenda, como estabeleceu o Regimento Interno. O texto do Centrão já tinha sido inicialmente aprovado, em bloco, como substitutivo ao Capítulo I, com a ressalva dos destaques. E estes, sim, é que precisam de 280 votos para modificá-los.

A tentativa seguinte se fez com base em uma emenda de José Genoino, que pretendia excluir do texto do Centrão o crime de terrorismo. Ele chegou a despertar a atenção do plenário com uma explanação sobre

a tortura, seus instrumentos e seu sentido, para mostrar que é diferente do terrorismo. E Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) frisou que o terrorismo é "um crime muito subjetivo. O terrorismo de hoje — disse — se vitorioso, pode ser o herói de amanhã. Há vários chefes de Estados que foram terroristas". "Kadafi!", gritou o plenário o deputado Ricardo Flúza (PFL-PE).

O VOTO DE SARNEY F

No artigo referente à tortura, o deputado Sarney Filho votou contra a orientação do Centrão, quanto à emenda do deputado Antônio Mariz. O Centrão votou não e Sarney Filho sim. Essa independência valeu-lhe uma repreensão por parte dos deputados Ricardo Flúza e Luiz Eduardo Magalhães que, segundo outros parlamentares, teriam alertado "Zequinha" que atitudes como essa acabariam por implodir o Centrão, tornando mais difícil a definição de um mandato de cinco anos para o seu pai. Na votação seguinte, estando em pauta a emenda de José Genoino, sobre o mesmo tema, Sarney Filho votou com o Centrão.

Logo depois Luiz Eduardo Magalhães explicava que "Zequinha" se havia equivocado na primeira emenda, corrigindo o erro na votação seguinte. Foi uma distração, disse, e "todos têm o direito de se equivocar". Sarney Filho preferiu apenas dizer que "voto é questão de consciência", não endossando a tese do equívoco.



Por pouco, Roberto Cardoso Alves, do Centrão, não é agredido por Brandão Monteiro

Rejeitada a pena de morte e o banimento

A Constituinte rejeitou ontem todas as emendas favoráveis à pena de morte, prisão perpétua, banimento, trabalhos forçados e confisco, dando ao inciso 23 do Artigo 6º do Título II a seguinte redação: "Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou banimento".

O mais obstinado dos defensores da pena de morte, deputado Amaral Neto, líder do PDS, repetiu seus já conhecidos argumentos sobre a eficácia do fator intimidação, sendo refutado pelo deputado José Genoino, do PT, com o apoio do relator Bernardo Cabral. A emenda de Amaral Neto, votada por 500 constituintes, foi rejeitada por 392 votos contra 90 e 18 abstenções.

Outra, do deputado paulista Farabullin Júnior, alcançou 136 votos a favor, 282 contra e 17 abstenções. Foi a que obteve o maior percentual de aceitação entre os constituintes, ainda que rejeitada. Seu propósito: prisão perpétua para os crimes de seqüestro, roubo, estupro, seguidos de morte e tráfico de drogas.

Passou-se depois ao parágrafo seguinte, o 9º, que tratava do livre exercício do trabalho. Neste caso, o texto do Centrão foi substituído pelo da Comissão de Sistematização, graças à emenda do deputado Antônio Brito (PMDB-RS), aprovada por 304 votos contra 192 e dez abstenções. A diferença básica estava no adjetivo "profissionais", que se seguia à expressão "qualificações". O Centrão havia excluído o adjetivo, o que, no entender de Brito e do deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS) — este também do Centrão — não garantia que a lei viesse a exigir "qualificações profissionais". No fundo, como Mendes Ribeiro assinalou, estava a questão da exigência de diploma para jornalistas — e ele é a favor. "Se exigimos responsabilidades — afirmou — temos de exigir também qualificação profissional".

A seguir, foi rejeitada, por 438 votos contra 41 e cinco abstenções, a emenda do deputado Gidel Dantas (PMDB-CE), que queria restringir, no interesse do Estado e da sociedade, o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem, previsto pelo Parágrafo 10º. Foi mantido o texto da Comissão de Sistematização, uma vez que o Centrão não oferecera emenda para esse dispositivo.

São também invioláveis o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas. A Constituinte aprovou ontem emenda do deputado José Guedes (PMDB-RO) que permite a quebra de sigilo apenas nas comunicações telefônicas, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, para fins de investigação criminal e instrução de processo. A emenda foi aprovada por acordo das lideranças, modificando proposta do Centrão, que permitia quebra de sigilo de todos os tipos de comunicação interindividuais para possibilitar o desvendamento de crimes.

Os constituintes decidiram, ainda, que os civilmente identificados, ou seja, os portadores de carteira de identidade, não serão submetidos à identificação criminal, salvo em casos excepcionais, definidos em lei. O texto aprovado é de autoria do deputado José Tavares (PMDB-PR), que justificou a medida lembrando que os institutos de identificação realizam o exame datiloscópico para identificar civilmente as pessoas.

Foi aprovada também por acordo de líderes e fusão de diversas emendas a inviolabilidade de residência. O texto determina que ninguém poderá nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro. A inviolabilidade só poderá ser quebrada durante o dia, por determinação judicial.

Redação final

Eis como ficaram os parágrafos do art. 6º, em seus totais:

Parágrafo 8º — Ninguém será submetido à tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática de tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos, o terrorismo e a prática de racismo crimes inafiançáveis, insuscetíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Parágrafo 9º — É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.

Parágrafo 10º — São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Parágrafo 11 — A casa é asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode nela penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito, desastre ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

Parágrafo 12 — É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo, neste último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual.

Parágrafo 13 — Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Parágrafo 14 — Não haverá juízo ou tribu-

nal de exceção. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, e tampouco privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Parágrafo 15 — Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Parágrafo 16 — São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Parágrafo 17 — Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Parágrafo 18 — Ninguém será identificado criminalmente, salvo por autorização judicial.

Parágrafo 19 — Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Parágrafo 20 — A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Parágrafo 21 — Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens poderão ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos da lei.

Parágrafo 22 — A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: I — privação da liberdade; II — perda de bens; III — multa; IV — prestação social alternativa; V — suspensão ou interdição de direitos.

Estabilidade, um tema sem acordo

Os líderes sindicais e partidários não chegaram ontem a um acordo em torno da proposta de estabilidade no emprego a ser incluída na Constituição. Ao contrário do Centrão e do Grupo dos 32, o Centrão não admite que a regulamentação da proteção contra a dispensa imotivada seja matéria para lei ordinária, como desejam os sindicalistas.

Hoje, às 9 horas, outro encontro na Comissão de Finanças do Senado volta a reunir os grupos para a busca de um consenso.

Na reunião, que durou três horas e não contou com a presença de partidos da esquerda, duas posições foram defendidas. Conforme o líder do PMDB, Mário Covas, seu partido é a favor do texto do Cabral I, que garante o emprego contra a demissão imotivada, mas transfere à lei ordinária as formas de punições. Até que a lei complementar seja preparada, o trabalhador é defendido em texto constante nas disposições transitórias da Constituição, com a indenização compensatória, que pode ser de 20 a 50% do FGTS. A mesma proposta é defendida pelo Centrão, Grupo dos 32 e sindicalistas.

Conforme o deputado José Lins (PFL-CE), o Centrão não admite que seja retirado do texto o princípio da indenização. "Não há possibilidade disso, embora nós possamos admitir a hipótese de que outras formas de punição a empresas que demitam sem justa causa sejam tratadas em lei ordinária", disse o representante do grupo. A indenização constante no texto, segundo ele, traz maior segurança na relação de emprego e em relação aos investimentos. "Mas a boa vontade é grande. Nunca o assunto foi tão discutido e acho que chegaremos a uma solução", acredita José Lins.

O presidente da CGT, Joaquim Andrade, e Joaquinzinho, garantem, porém, que "os sindicalistas não querem trocar a estabilidade pela indenização". "Não queremos institucionalizar a dispensa e a indenização. Nós queremos que a garantia de emprego não seja confundida com a indenização", afirmou o sindicalista. Para o presidente do Sindicato dos Eletreicistas de São Paulo, Rogério Antônio Magri, as entidades devem concentrar suas forças na busca de entendimento com o Centrão. "E o único grupo capaz de fazer com que cheguemos a um acordo", afirmou, referindo-se ao Centrão.

Para o senador Albano Franco (PMDB-SE), um acordo poderá surgir na medida em que, segundo ele, o próprio Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, admitiu na reunião a inclusão da indenização no texto, mas Medeiros não confirmou esta afirmação. Limitou-se a dizer que ontem foram discutidos os princípios gerais e que somente hoje se buscava o consenso.

Também o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mostrou-se otimista. "O debate está em pé de igualdade e pela atmosfera, onde não se verificaram o fanatismo e o passionatismo, entendo que será possível chegar a um acordo", afirmou.

Como vem fazendo há muito tempo, desde que a Constituinte começou a funcionar, o deputado Ulysses Guimarães explicava ontem que cada parlamentar deveria pressionar a tecla com o dedo no botão do asterisco, para anular o voto. Didaticamente, pedia ainda aos constituintes que apertassem os botões com seus números de código e o voto "sim", "não" e "abstenção". "Parece um professor numa sala de aula com alunos do primário", observou um deputado.

Ulysses fez uma votação simulada com a advertência: "Peço aos senhores constituintes para que colaborem com o painel", anunciava inúmeras vezes. Quando o painel

Votação mais rápida com painel

A votação de ontem na Assembleia Nacional Constituinte foi mais rápida através do painel eletrônico. Todo o sistema de computação foi mudado por um técnico da A.E.G. vindo especialmente da Alemanha para reparar o sistema, que apresentou defeito a partir de segunda-feira e fez com que a sessão de terça fosse mais lenta, uma vez que entrou de novo em pane e os votos tiveram de ser contados nominalmente.

Como vem fazendo há muito tempo, desde que a Constituinte começou a funcionar, o deputado Ulysses Guimarães explicava ontem que cada parlamentar deveria pressionar a tecla com o dedo no botão do asterisco, para anular o voto. Didaticamente, pedia ainda aos constituintes que apertassem os botões com seus números de código e o voto "sim", "não" e "abstenção". "Parece um professor numa sala de aula com alunos do primário", observou um deputado.

Ulysses fez uma votação simulada com a advertência: "Peço aos senhores constituintes para que colaborem com o painel", anunciava inúmeras vezes. Quando o painel

funcionou de maneira satisfatória, alguns deputados aplaudiram. O processo de votação foi acelerado quatro vezes mais e, a partir de segunda-feira, o dobro, assegurou Ulysses.

As pães ocorridas no painel eletrônico não deverão atrasar o processo de votação do texto constitucional em plenário, garantiu Ulysses Guimarães. Segundo ele, reparados os danos, voltam as condições de votação normal. Além disso, Ulysses voltou a lembrar que, se necessário, deverá convocar sessões aos finais de semana e mesmo pela manhã, em dias normais de trabalho.

O técnico alemão, Erwin Haas, e os técnicos brasileiros consultaram o programa do computador que havia sido danificado e também trocaram a placa do computador. De qualquer forma, além dos testes feitos ontem com 220 funcionários da casa e com os próprios constituintes, Ulysses explicou que durante o fim de semana haveria outra verificação.

Segundo Ulysses, a agilidade nos trabalhos de votação das matérias constitucionais também poderá ser garantida nas sessões convocadas pela manhã com as prorrogações até às 21h30 diariamente e afirmado, ainda, que estuda outras estratégias para que as atividades tenham ritmo mais acelerado. Uma

delas é a fusão das emendas, que, segundo ele, evitou quatro votações na sessão da última terça-feira, quando o painel eletrônico pifou.

Ulysses explicou que a partir de hoje as sessões da Assembleia Nacional Constituinte serão destinadas exclusivamente às votações do projeto de Constituição e os seus destaques, acabando o tempo das comunicações pessoais (ou pequeno expediente ou pinga-fogo) e das comunicações de lideranças.

Mas, para garantir o debate amplo dos problemas nacionais, bem como as comunicações regionais (onde, às vezes, os parlamentares fazem discursos para registrar aniversários, falecimentos ou inaugurações de obras), o multipresidente Ulysses Guimarães anunciou a realização, a partir da próxima semana, de duas ou três sessões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em dias que ainda vai decidir, para que os parlamentares possam debater.

O anúncio da nova medida foi recebida com aplausos por todas as bancadas, porque servirá para se ganhar tempo nas votações, que se estão iniciando entre 15 e 16 horas e terminando entre 20h30 e 21 horas desde que o plenário começou a votar, a partir do dia 27 de janeiro, justamente pelas comunicações de lideranças e das comunicações pessoais.

Decisão sobre horário gratuito fica para hoje

Foi adiada para hoje a votação do projeto de lei que regulamenta o acesso dos partidos políticos aos programas de rádio e de televisão. Ontem, a Câmara aprovou o pedido de urgência para a tramitação da matéria, que somente não foi votada porque os partidos de esquerda queriam que Sarney se comprometesse a não vetar nenhum dos seus dispositivos, informem o líder governista Carlos Sant'Anna, que ficou de consultar o presidente.

Ainda durante a sessão de ontem, os partidos de esquerda ameaçaram pedir verificação de presença para suspender os trabalhos, caso não haja também garantia de que o Sena-

do não modificará nenhum dos dispositivos da proposta, resultante de acordo, pois tem vetos ao artigo que disciplina a transmissão dos programas estaduais ou regionais.

Segundo o projeto, o partido que tiver eleito pelo menos um representante à Assembleia Legislativa, ou controle 5% das suas cadeiras, ou tenha obtido 1% dos votos na última eleição proporcional, de âmbito estadual, terá direito a dois programas de 30 minutos cada um. Já nos territórios, para ter acesso aos programas gratuitos o partido terá de ter recebido ao menos 1% dos votos.

Mas somente o partido que tiver eleito representante na Câmara ou no Senado, ou tiver uma bancada de no mínimo dez parlamentares, terá direito a quatro transmissões nacionais, de 30 minutos cada uma.

Evangélico protesta contra CUT

O deputado evangélico, Jaime Pailarin (PTB-SP) colocou ontem à tarde sobre a tribuna da Câmara um penico de plástico, de cor azul e com as letras "CUT" pintadas em vermelho, para protestar contra a entidade sindical Central Única dos Trabalhadores pelas críticas que ela vem lhe fazendo.

O gesto do parlamentar, que deixou o vaso sobre a tribuna, após o discurso (coube justamente ao presidente nacional do PT, partido ligado à CUT, Olívio Dutra, que falou depois, retirar o objeto e colocá-lo no chão) não chegou a ser censurado pela Mesa da Constituinte, que apenas o advertiu com relação ao tempo.

Jaime Pailarin ocupou a tribuna, de onde falou os parlamentares do PMDB e dos partidos de esquerda, para protestar contra os jornais da CUT que o chamam de inimigo do povo e dos trabalhadores. Disse que a entidade vem "defecando pelos seus jornais e em praças públicas todo o tipo de excremento, sujeiras, calúnias e mentiras".

Foi depois de enumerar as propostas que, como constituinte, ele já fez, entre as quais uma emenda assegurando a continuidade de percepção de pensões e proventos mesmo que o beneficiário volte a se casar, redução de aposentadoria da mulher para 25 anos e proibição de servir bebidas em vãos domésticos, que o deputado Jaime Pailarin, do Grupo dos Evangélicos, retirou de um pacote o penico, dizendo ser o presente que tinha para o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e todos os sindicatos a ela filiados.

Ulysses quer adiar reunião do diretório

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, vai tentar convencer os históricos do PMDB a adiarem a reunião do diretório nacional do partido, já marcada por ele mesmo para dia 24. Segundo Ulysses, reuniões com caráter decisório não devem ocorrer paralelamente aos trabalhos da Constituinte.

"Estou examinando, ainda, com os nossos companheiros, essa questão da reunião do partido, já que entendo que reuniões importantes, decisivas, devem ser feitas somente após promulgada a Constituição", explicou ele.

Quando a possibilidade de um grupo de peemedebistas deixar o partido para criar outro, Ulysses Guimarães disse que tem feito um

apelo aos parlamentares para que permaneçam na legenda, e que discutam a posição depois de promulgada a Constituição. "Tenho feito apelo neste sentido porque depois de pronta a nova Carta abrem-se grandes perspectivas e possibilidades para que se modifique o panorama político e partidário do País", argumentou ele, afirmando que "não há razão, por esse motivo, para que sejam tomadas decisões precoces". O presidente da Constituinte disse que os peemedebistas devem apenas "esperar semanas".

RUPTURA

O Centro Democrático (grupo moderado do PMDB) decidiu desligar-se do Centrão. A decisão foi adotada ontem, durante reunião no apartamento do líder do Centro Democrático, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), com a presença

do ministro da Saúde, Borges da Silva.

O líder do PFL e um dos principais coordenadores do Centrão, deputado José Lourenço, ao tomar conhecimento da posição do Centro Democrático, reagiu com ironia: "É democrático. É importante. Principalmente pelo grande número de integrantes do grupo".

Expedito Machado afirmou haver muito descontentamento no Centro Democrático para com líderes do Centrão, "que não falam nossa linguagem". Ele não deixou de reclamar do comportamento dos deputados José Lourenço (PFL) e Roberto Cardoso Alves (PMDB), destacando a máxima divulgada pelo deputado paulista: "E dando que se recebe".

O líder do Centro Democrático afirmou que era antigo o descontentamento de integrantes do grupo com coordenadores do Centrão e a

melhor solução foi a do desligamento.

Explicou que o Centro Democrático poderá votar no plenário da Constituinte com as teses do Centrão, mas agirá com sua própria identidade.

Disse ainda que o grupo vai decidir, nos próximos dias, a posição que adotará na escolha do líder da bancada do PMDB na Câmara, prevista para o início de março. Os integrantes do Centro Democrático informarão, por escrito, se o grupo deve ter candidato a líder, e o nome preferido. Quanto à escolha do 3º vice-presidente do PMDB, na reunião do diretório nacional, dia 24, o Centro Democrático ainda não tem posição.

Expedito Machado informou, também, que mesmo sendo questões abertas, a tendência do grupo é apoiar cinco anos para Sarney, e sistema presidencialista.

JORNAL E REVISTAS
Impressão em Off-Set. Fones: (011) 62-5215 - 65-7688

FAZENDA VALE DO SOL
RESERVAS
FEVEREIRO
MARÇO

Chalés Hotel
Fazenda VALE DO SOL
SERRA NEGRA
0192-92-3500
SP-257-3955
FÉRIAS - LUA DE MEL
FINS DE SEMANA

CASA CENTRO
CERTEZA DO MELHOR NEGÓCIO

TV em Cores
Philco-Hitachi
PC 1415 - 14"

Despachamos para todo o Brasil. Alocado e Varejo.

PHILCO-HITACHI
CASA CENTRO
O MENOR PREÇO DO BRASIL

R. Florência de Abreu, 48 e filiais.